

EDcl na TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.550 - SP (2019/0230738-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
EMBARGANTE : **ITALSPEED AUTOMOTIVE LTDA**
EMBARGANTE : **CARVOVALE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROINDUSTRIAIS E FLORESTAIS LTDA**
EMBARGANTE : **COAGRO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGROINDUSTRIAIS E FLORESTAIS LTDA**
EMBARGANTE : **ITALMAGNESIO S A INDUSTRIA E COMERCIO**
EMBARGANTE : **MITO MINERAÇÃO TOCANTINS LTDA**
EMBARGANTE : **PLANTA 7 S/A EMPREENDIMENTOS RURAIS**
EMBARGANTE : **TONOLLI DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS LTDA**
ADVOGADOS : **ODAIR DE MORAES JÚNIOR - SP200488**
 : **CYBELLE GUEDES CAMPOS - SP246662**
EMBARGADO : **JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALENCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP**

DECISÃO

Trata-se de embargos declaratórios opostos à decisão desta relatoria que indeferiu o pedido de tutela provisória de urgência por não se constatar a presença cumulativa dos requisitos autorizadores do pleito sob exame.

Em suas razões, as embargantes alegam que a decisão é contraditória quanto ao perigo da demora, porque, mesmo não constando expressamente, "a decretação da quebra é implícita a decisão, pois eventual descumprimento do plano enseja a convolação" (e-STJ fl. 495).

Afirmam ter apresentado ao Juízo da recuperação "pedido de parcelamento dos débitos fiscais, pois os parcelamentos concedidos pelo governo não são suficientes, a permitir que as Recuperandas possam aderir aos planos e ainda cumprir com o plano de recuperação judicial" (e-STJ fl. 496).

Ao final, requerem o acolhimento do recurso, com efeitos infringentes.

É o relatório.

Decido.

Não há nenhum vício no julgamento impugnado.

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver na decisão obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.

Ademais, os aclaratórios, em regra, não permitem re julgamento da causa, sendo certo que o efeito modificativo é possível apenas em hipóteses excepcionais, uma vez comprovada a existência dos mencionados vícios no julgado.

Sob esse enfoque, confirmam-se os seguintes precedentes da Corte Especial:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. DECISÃO QUE APLICA A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. EMBARGOS REJEITADOS.

I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade. Não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeita-se o recurso integrativo.

II - Consoante jurisprudência firmada por esta Corte Superior, a tempestividade dos

Superior Tribunal de Justiça

recursos é aferida quando do protocolo na secretaria do Tribunal e não da entrada na agência dos correios.

III - Ademais, embora o embargante tenha juntado comprovante da entrega em Brasília, no dia 14/01/2013, não há comprovação de que tenha sido, na mesma data, entregue na secretaria deste Tribunal. Não tendo sido, inclusive, juntado até o presente momento os originais do recurso interposto.

IV - Embargos rejeitados.

(EDcl no AgRg no ARE no AgRg nos EDcl no RE no Ag n. 1.423.681/BA, Relator Ministro GILSON DIPP, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/9/2013, DJe 25/9/2013.)

SEGUNDOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. TELEFONIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 182. AUSÊNCIA DE ATAQUE AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO. PEDIDO DE EFEITOS INFRINGENTES. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO.

À mingua dos vícios previstos no art. 535 do CPC e não sendo a via escolhida meio de resposta a questionamentos da partes, é de se ter como inviável a oposição, alertando ao embargante para a aplicação de multa processual caso persista o intuito de adiar a conclusão da causa.

Embargos rejeitados.

(EDcl nos EDcl no AgRg nos EAREsp n. 220.572/SP, Relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, CORTE ESPECIAL, julgado em 1º/7/2013, DJe 1º/8/2013.)

A contradição ocasionadora dos embargos declaratórios deve ser interna, entre as proposições do próprio julgado impugnado, e não entre a fundamentação do juízo e o argumento das partes.

No caso concreto, sob o pretexto de que houve contradição, pleiteia a parte embargante nova análise do pedido formulado.

Anote-se que o pedido de parcelamento dos débitos fiscais apresentado ao Juízo da recuperação está em conformidade com a própria decisão embargada, segundo a qual "os argumentos conducentes ao fim almejado devem ser deduzidos nas instâncias de origem" (e-STJ fl. 491).

O simples fato de a decisão recorrida ser contrária aos interesses da parte não configura nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015.

Assim, não se constata nenhuma das hipóteses de cabimento dos embargos de declaração.

Ante o exposto, REJEITO os embargos declaratórios.

Publique-se e intuem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator